

MERCADO MUNICIPAL DE SANTOS E SEU ENTORNO: PRESERVAR PARA QUEM?

AMANDA PAPADAKIS DE CASTRO LIMA¹

Universidade Santa Cecília de Santos – Pós-graduação em Patrimônio Cultural: Memória e Preservação

RESUMO

Santos, atualmente, passa por diversas alterações em sua estrutura urbana, e a reabilitação do Centro Histórico é uma delas. A região onde se localiza o Mercado Municipal faz parte da área de proteção cultural que engloba diversos bairros da região central de Santos. O local tem características peculiares que o difere dos demais bairros que formam esse conjunto, por alguns motivos, entre eles, por ser um local que apresenta um grande adensamento populacional de moradores de rua e de cortiços. Este trabalho tem como objetivo refletir acerca das questões referentes a uma possível revitalização desse espaço urbano e as consequências sócio-ambientais que esses processos podem acarretar.

PALAVRAS-CHAVE: Revitalização; problemas sociais; habitação.

"(...) a base mais sólida de uma política de preservação é um projeto comum, socialmente construído, que reflita, o melhor possível o sentido da preservação para uma dada comunidade e contemple usos e atividades capazes de absorver e dar suporte, em caráter permanente, a essa população" (MACHADO, 2010, p.47)

INTRODUÇÃO

Pensar na cidade como um elemento vivo, em constante reconstrução social e urbana;

ressaltar a importância de um planejamento referente às questões sociais e de habitação quando pensamos em um processo de revitalização de um centro histórico.

Este trabalho busca levantar questões sobre os rumos que o poder público pretende dar aos problemas referentes à ocupação urbana após os processos de revitalização das regiões de valor histórico da cidade de Santos.

A região que compõe o entorno do Mercado Municipal de Santos é um exemplo de espaço com um grande valor histórico e arquitetônico, com uma população residente que sofre diversos problemas sócio-ambientais. Por esse motivo, foi escolhida como um recorte urbanístico para ilustrar este primeiro estudo sobre o tema.

Para tanto, busca-se primeiro contextualizar historicamente o comércio alimentício em Santos até o ponto da construção do atual Mercado Municipal e se faz uma análise dos prováveis motivos que geraram a decadência não só do Mercado, como também do bairro no qual ele se insere, a Vila Nova. Apontam-se os problemas sociais que a região apresenta, assim como os projetos sociais vinculados ao Mercado Municipal, para então se fazer uma análise sobre as questões levantadas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Historicamente se pensa em preservação como um simples mecanismo de perpetuação de bens que fazem recordar determinados aspectos de uma sociedade burguesa e elitista, como referencia Salvatori no livro "História, ensino e

patrimônio". Hoje, existe uma tendência para que esses mecanismos busquem ampliar os conceitos, assim como aliar projetos de preservação com projetos de desenvolvimento para esses centros urbanos. Ainda segundo a autora, o patrimônio "é capaz de estabelecer relações de continuidade, ruptura, permanência ou mudança entre as várias dimensões do tempo passado condensado na herança, o tempo presente, momento do seu recebimento e o tempo futuro, processo no qual vai sofrendo nítidas mutações de sentido" (SALVATORI, 2008, p. 11). Segundo Castriota:

[...] quando se pensa em termos de patrimônio ambiental urbano, não se pensa apenas na edificação, no monumento isolado, testemunho de um momento singular do passado, mas torna-se necessário, antes de mais nada, perceber as relações que os bens naturais e culturais apresentam entre si, e como o ambiente urbano é fruto dessas relações. Aqui a ênfase muda: não interessa mais, pura e simplesmente, o valor arquitetônico, histórico ou estético de uma dada edificação ou conjunto, mas verificar como os "artefatos", os objetos de relacionam na cidade para permitir um bom desempenho do gregarismo próprio ao ambiente urbano. (CASTRIOTA, 2009, p. 160)

Pensar em formas de aliar o processo de preservação a um crescimento e melhoria da qualidade de vida da população é a principal referência que se busca para a realização deste trabalho.

DESENVOLVIMENTO

Contexto Histórico

Por volta de 1800, já existia em Santos o primeiro Mercado Municipal, conhecido como Mercado das Casinhas, que se localizava onde atualmente é a Praça da República. Em 1870, a população já somava mais de nove mil habitantes e houve a necessidade de expansão do comércio.

Em julho de 1880, foi assinado o contrato de construção do Mercado

Provisório, no Largo dos Gusmões. Menos de uma década após sua criação, esse mercado já se apresentava em péssimas condições de limpeza e manutenção. Em 1900, havia sido desativado e as autoridades santistas se empenharam em construir um novo estabelecimento público que abastecesse definitivamente a população com produtos alimentícios, pois, nessa época, a cidade de Santos teve uma grande expansão comercial, atraindo milhares de migrantes.



A elite que até então vivia em casarões no bairro do Valongo, se vê obrigada a eleger uma nova área para residir, pois, com a expansão do

comércio cafeeiro e do porto, na região surgem diversos armazéns para a estocagem das sacas de café. O local escolhido por essa população

que era constituída pelos grandes negociantes de café, advogados e pelas famílias mais abastadas da cidade foi o bairro da Vila Nova.

Ao findar a primeira década do século XX, Santos conservava ainda todo o seu antigo aspecto colonial, com ruas estreitas e tortuosas, sobrados acanhados, casas baixas e de largos beirais. Mas, toda a gente, entretanto, concordava que Santos estava se transformando, crescendo

continuamente, a sua população, intensificando-se patentemente a vida urbana, surgindo usos e costumes novos... Confiava-se no futuro da cidade. A cidade foi se constituindo a partir de múltiplas mudanças vivenciadas como novas experiências pelos seus moradores. A sua vida ficou mais agitada, o seu comércio mais intenso. Para ela afluíram milhares de novos moradores (LANNA apud ARAÚJO).



Nesse novo contexto social é que em 1902 foi construído um novo Mercado Municipal, na então Praça do Mercado, que posteriormente seria rebatizada como Praça Iguatemi Martins.

A região, além de passar a proporcionar o abastecimento alimentício da população com o novo mercado tinha a vantagem de contar

com um canal, a Bacia do Mercado, que a partir de 1906, com a complementação da rampa dos atracadouros, passou a transportar cargas e passageiros para os navios e para o antigo Itapema, local que depois se tornaria o distrito de Vicente de Carvalho, no Guarujá.

OS ASPECTOS DE SANTOS - A RAMP DO MERCADO – O Mercado Municipal é um lugar interessante, conquanto já seja insuficiente para atender às exigências de nossa cidade. A população cresce, o movimento avulta, e o mercado continua estacionário, com as suas barracas acanhadas e os seus departamentos exíguos. O Mercado recebe diretamente do litoral frutas e legumes com abundância, por um braço de mar canalizado. É a bacia do Mercado, ou a rampa, por onde diariamente fazem penoso percurso os canoieiros de São Sebastião, Vila Bela, Caraguatatuba e outras localidades do litoral, com carregamento de bananas, melancias, laranjas de serra d'água, bananas da terra, coco verde, aipim e tudo o que a zona litorânea produz e exporta. Os três clichês acima mostram bananas e melancias amontoadas na rampa do Mercado.¹

Aos poucos, todos os comerciantes que estavam no mercado provisório foram instalados no local. A ocupação do prédio, com arquitetura em estilo eclético, com ares de castelo, era composta por boxes que comercializavam frutas, verduras, legumes, peixes e carnes.

Nessas imediações, as ricas e tradicionais famílias santistas passaram a construir suntuosas edificações. Esses casarões contavam muitas vezes com mais de dez cômodos e eram ricamente ornamentados com azulejos portugueses e espanhóis, esculturas, grades de ferro trabalhado, e eram, em sua maioria, assim como o

Mercado, em estilo eclético, característico e predominante no início do século XX na cidade de Santos, devido a diversos fatores, entre eles, o de que nessa época se valorizava extremamente a arquitetura em voga em Paris, considerada sinônimo de luxo pelos brasileiros, e também devido à mão-de-obra utilizada nas construções dessas edificações, que era composta por trabalhadores de diversas nacionalidades, o que acarretou a aplicação de diversas técnicas construtivas nas edificações da cidade que estavam surgindo nesse período.

Em 1947, a Prefeitura deu início à construção do atual prédio. Em estilo Art Déco, a nova construção, que de nada lembra o rebuscamento arquitetônico do edifício anterior, possui linhas geométricas no tratamento dos volumes do edifício e nos seus ornamentos, demonstrando uma proximidade aos ideais da arquitetura moderna. Em 1955, ele foi ampliado e passou a contar com um segundo andar e com o pavilhão de pescados ao lado.

¹Jornal A Tribuna, de 26 de março de 1929, página 7.



Reforma interna do Mercado Municipal em 2002
Extraída do site WWW.microeducacao.com.br



Mercado Municipal
Foto extraída do Diário Oficial de Santos em
18/01/2012

Processo de decadência

Inaugurado em 1892, o porto iniciou um processo permanente de expansão, tornando as condições de salubridade as piores possíveis, passando a ser uma porta de entrada de grandes epidemias e doenças. A mortalidade era tão alta, que entre 1890 e 1904, mais da metade da população morreu em Santos devido a doenças como febre amarela, tifo, varíola e peste bubônica. O porto de Santos passou a ser conhecido como o “Porto Maldito”.

Em um curto tempo, o bairro, até então considerado elegante, perdeu seu *glamour* e o conceito de “morar bem” se modificou. As ricas famílias que outrora elegeram a Vila Nova

como elegante bairro residencial, foram migrando para a região meridional, longe do foco dessas doenças e pestes que chegavam à cidade através do porto. Passaram a construir suas novas residências nas avenidas Ana Costa e Conselheiro Nébias e ao longo da orla da praia, nos bairros do Boqueirão, Gonzaga e José Menino.

Em Santos, ao mesmo tempo que a cidade e o porto se distanciavam, as ações de saneamento iam definindo um novo espaço urbano privilegiado: a beira-mar. Entre ela e a velha cidade alguns quilômetros de terras livres, e após 1913, saudáveis para serem devidamente incorporadas pela especulação imobiliária (LANNA, 1996, p. 07).

Devido à consolidação da elite na orla, em menos de 50 anos, ocorreu uma drástica alteração nas características da região do bairro da Vila Nova. Toda a opulência encontrada no início do século passado passou a contrastar com a situação de decadência. Com o crescente ritmo do desenvolvimento urbano, e a criação de novos centros

de moradia e comércio que privilegiavam as questões sanitárias, os belos imóveis foram sendo abandonados e transformados em moradias de famílias de baixa renda e em pequenos comércios. A região deixou de ser estritamente residencial, consolidando-se como bairro comercial e de pequenas indústrias.



Cortiços do entorno do Mercado Municipal

Foto extraída do site: <http://culturadepazenaoviolenca.blogspot.com>

O espaço passou a ser adaptado às novas necessidades impostas por essa realidade tão distinta da anterior. Algumas edificações foram demolidas, outras construídas e aos poucos a identidade dessa população passou a ser impressa nas edificações e nas práticas sociais.

Aos poucos, foram criados mercados, quitandas e empórios nos novos bairros residenciais da cidade. Na década 1970 houve uma expressiva expansão comercial, que gerou a instalação de grandes redes de supermercados em toda a cidade, criando novos hábitos de consumo, causando a diminuição da frequência

e o conseqüente agravamento da decadência do Mercado Municipal.

Aos poucos, ele foi se transformando internamente e se adaptando a novas funções. Muitos comerciantes mantiveram seus boxes, mas o ambiente passou a ficar sujo e sem manutenção. Muito pouco foi feito ao Mercado, se comparado à grande expansão no abastecimento alimentício que estava acontecendo na cidade. Ficou parado no tempo.

Situação Atual

O Mercado conta atualmente com um comércio variado, com boxes de

floricultura, lanchonete, açougue, secos e molhados, peixaria, banca de hortifrutis, entre outros. O mezanino abriga uma feira de antiguidades. Onde antes era o Mercado de Peixes, hoje funciona o Restaurante Bom Prato, programa do Governo estadual e municipal, que subsidia almoços à população de baixa renda, e uma escola municipal.

O edifício, que em 2002 passou por uma reforma na sua fachada e no seu interior durante o mandato do ex-prefeito Beto Mansur, conta com suas funções reduzidas e a visitação é muito escassa. O Mercado não oferece muitos atrativos. Existem ótimos boxes, comercializando produtos de alta qualidade, mas nada que não se encontre em outras regiões da cidade. O problema maior está no entorno, sujo e degradado, em completo estado de abandono.

Às 23h, tem início nas imediações do Mercado o comércio atacadista que se estende por toda a madrugada. Caixas de frutas, verduras e legumes se avolumam nas ruas e nas calçadas. São fornecidos hortifrutis que abastecem feirantes, mercados, supermercados e restaurantes da cidade.

Alguns projetos de revitalização urbana foram desenvolvidos, mas praticamente nada foi posto em prática. O Mercado tenta se sustentar com suas próprias pernas. Buscando mecanismos para sua sobrevivência, a administração do local realiza eventos com o intuito de aumentar temporariamente a visitação e gerar visibilidade para o local. Festa da

Banana, Festival das sopas, do Caranguejo, entre outros, são os eventos que fazem parte do calendário anual do Mercado. Atraem uma visitação expressiva, porém, somente nos dias de sua realização.

Problemas sociais

Quando questionados sobre os motivos que fazem com que o mercado tenha um uso tão escasso, tanto os visitantes quanto os permissionários são unânimes: o maior problema está no entorno. O Mercado é uma ilha no meio de tanta sujeira e degradação.

Existem muitas questões a serem levantadas, e uma das mais importantes é a questão dos moradores de rua. Todos os dias chegam à Seção de Acolhimento e Abrigo provisório para adultos, idosos e famílias em situação de rua, localizada na Praça Iguatemi Martins, dezenas de pessoas em busca de auxílio. No local, encontram comida, banho, dormitório, orientação e atendimento psicossocial. São pessoas oriundas das mais diversas regiões do Brasil, que migram para Santos por acreditarem que na cidade terão melhores condições de sobrevivência. Muitas dessas pessoas vivem ali, nos arredores do Mercado Municipal, dormindo embaixo de marquises, alimentando-se nos abrigos ou através de doações.

Ao abrir as portas do Mercado, os funcionários encontram dificuldade para retirar essa população, sendo,

muitas vezes, caluniados e agredidos. É uma situação crítica, não só na Bacia do Mercado, como em toda a cidade, mas lá a situação se adensa. É como se fosse uma grande moradia a céu aberto, com suas leis, seus postos e pontos.

Segundo o censo realizado pelo IBGE em 2010², dos 1.476 domicílios do bairro, 732 são habitações em casas de cômodos, cortiço ou cabeça de porco. O contraste é gritante. Nessas moradias coletivas, que abrigam até 24 famílias, até os porões se transformaram em quartos, sem janelas ou qualquer outro tipo de ventilação. Banheiros, cozinha e tanques de lavar roupa são muitas vezes de uso coletivo. A deterioração desses antigos edifícios gera insegurança e perigo às famílias. A insalubridade, composta pelo excesso de lixo, faz proliferar uma grande quantidade de insetos e animais transmissores de doenças.

Projetos

Ainda segundo o censo realizado pelo IBGE em 2010, a população residente no bairro é predominantemente composta por jovens, com idades entre 0 a 24 anos (43,8%). Daí se vê a grande necessidade de projetos sociais para essa população. O Mercado está se voltando para essa questão. No seu prédio, na parte dos escritórios, atualmente funcionam alguns projetos sociais como o “Cinescola Querô”,

onde uma das salas do edifício funciona como sala de cinema e escola de audiovisual, e a “Oficina do Choro”, que realiza aulas de música, ambas atuando para atender à população jovem local. No mezanino, funciona o projeto “Oficina do Futuro”, que atende a uma população de 40 jovens, entre crianças e adolescentes com idades entre 7 e 17 anos. O projeto conta com diversas oficinas ministradas por uma equipe composta por cerca de trinta voluntários.

Por outro lado, não se pode também esquecer a dinâmica própria do patrimônio cultural, que não pode ser percebido como uma coleção de objetos afastados da vida, devendo ser visto como um suporte para um processo contínuo de produção da própria vida. Trata-se de perceber o potencial transformador de nosso patrimônio, que deverá ser continuamente relido e utilizado de forma libertadora (CASTRIOTA, 2009: 89).

Revitalizar para quem?

A questão levantada é: Revitalizar para quê? Revitalizar para quem? O poder público, quando fala sobre o assunto, demonstra interesse na questão econômica do turismo e da expansão imobiliária que a região pode proporcionar. Mas será que esse deve ser o tom da revitalização? A Vila Nova é um bairro extremamente residencial, centenas de famílias moram no local e isso deve ser pensado como um fator importante no caso de um processo desses. Segundo a Carta de Amsterdã, “a reabilitação

² IBGE

de bairros antigos deve ser concebida e realizada, tanto quanto possível, sem modificações importantes da composição social dos habitantes e de uma maneira tal que todas as camadas da sociedade se beneficiem de uma operação financiada por fundos públicos". Nesse caso, ela deve vir acompanhada de projetos sociais que amparem essa população, projetos de melhoria de qualidade de vida.

Cabe à sociedade e ao Governo orientar essa renovação e transformação, para que a paisagem urbana evolua de maneira equilibrada e não predominem apenas os interesses econômicos imediatos de um determinado segmento. Não se trata, portanto de congelar a vida, ou de transformar as cidades em museus, mas em pensar na preservação e na melhoria de sua qualidade de vida, o que abrange tanto as áreas consideradas "históricas" quanto àquelas mais novas. (CASTRIOTA, 2009: 89)

No ano de 2008, foram entregues dois conjuntos habitacionais inseridos no Programa de Atuação em Cortiços, construídos pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), em terrenos desapropriados pela CDHU que anteriormente eram ocupados por cortiços. Nesses novos imóveis, as famílias têm toda infraestrutura necessária, com redes de água, esgoto e energia. São ao todo 113 apartamentos de um e dois quartos, habitados somente por ex-moradores dos cortiços do entorno do Mercado Municipal.

Mas o problema não foi resolvido. Os cortiços estão lá. Com as mesmas condições insalubres que esses moradores deixaram para trás. O Programa de Reabilitação do Uso Residencial na Região Central, o "Alegra Centro Habitação", que visa à adequação dos edifícios de habitação coletiva às condições básicas de moradia, poderia ser um caminho para a questão habitacional da região, mas até o momento muito pouco foi posto em prática, pois o programa teve pouca adesão por parte dos proprietários dos imóveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O reconhecimento do patrimônio histórico e cultural deve ser entendido como um mecanismo para a promoção do desenvolvimento sustentável, gerador de renda e de oportunidades econômicas para a população residente nessas regiões centrais.

Projetos sociais e estudos de ocupação urbana devem caminhar junto ao processo de revitalização, para que haja uma real preocupação com as questões sociais que esse processo pode acarretar, evitando, assim, que a população local fique desamparada ou que haja uma ocupação desordenada e problemática na região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Larissa Oliveira Gonçalves de. **A vida nos cortiços: o cômodo e o incômodo panorama do atendimento habitacional do centro de Santos.** Disponível em: <http://www.cibs.cbci.org/arquivos/A%20VIDA%20NOS%20CORTICOS%20-%20COMODO%20E%20COMODO.pdf>. Acesso em 09 de set. de 2011.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural Conceitos Políticos Instrumentos.** São Paulo, Anablume, 2009.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio.** São Paulo, UNESP, 2001 .

DIAS, Nelson. **Memória da Arquitetura de Santos no Papel II.** Santos, Fundação Arquivo e Memória de Santos, 2010.

INSTITUTO QUERÔ:
<http://www.institutoquero.org>

IBGE: <http://www.ibge.gov.br/home/>

IPHAN. **Cartas Patrimoniais.** Brasília, 1995.

LANNA, Ana L.D. **Uma cidade na transição, Santos: 1870-1913.** São Paulo – Santos, Editora Hucitec, 1996.

LEITE, Rogério Proença. **Contra Usos da Cidade. Lugares e Espaço**

Público na Experiência Urbana Contemporânea. Campinas, Editora Unicamp, 2004.

MACHADO, Jurema; BRAGA, Silvia. **Comunicação e Cidades Patrimônio no Brasil.** Brasília, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), 2010.

MANIFESTO DE AMSTERDÃ:
<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixarFcdAnexo.do?id=247>

MICRO EDUCAÇÃO:
<http://www.microeducacao.com.br>

NOVO MILÊNIO:
<http://www.novomilenion.com.br>

PROGRAMA de atuação em cortiços – PAC: município de Santos. São Paulo: CDHUSEADE, 2002. 31p. gráficos.

SALVADORI, Maria Angela Borges. **História, Ensino e Patrimônio.** Araraquara-SP: Junqueira & Martin, 2008.

¹Amanda Papadakis de Castro Lima, Santos/SP. Pós-graduanda em Patrimônio Cultural Memória e Preservação pela Universidade Santa Cecília. Formada em Artes Plásticas pela Universidade Santa Cecília. Trabalha com arte/educação na rede particular de ensino e com restauração no Armazém de Mercadorias localizado no Bairro do Valongo, na cidade de Santos. Contato: amanda.papadakis@gmail.com